



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**18º Exame de Seleção de Estagiários de Direito da PRR-2ª Região, PR/RJ, PRM**  
**Niterói e PRM São Gonçalo.**

### INSTRUÇÕES

1. **VERIFIQUE**, com muita atenção, este caderno de prova que deve conter 40 (quarenta) questões objetivas, 10 (dez) Direito Constitucional, 10 (dez) Direito Penal, 10 (dez) Direito Civil e 10 (dez) Teoria Geral do Processo e questões discursivas de Direito Constitucional, Direito Penal, Direito Civil e Teoria Geral do Processo. Caso haja qualquer erro de impressão solicite imediatamente a substituição;

2. **VERIFIQUE**, também a folha de respostas da prova objetiva e o caderno de respostas da prova subjetiva. **Não serão aceitas reclamações formuladas após o início da prova.**

3. Preencha corretamente seus dados no **CARTÃO DE RESPOSTA** e no campo correspondente no **CADERNO DE RESPOSTAS**. **Não serão corrigidos os Cadernos de Respostas da Prova Subjetiva nos quais não conste o número da inscrição do candidato.**

4. Não rasure o campo destinado à atribuição da nota.

5. Os espaços para resposta são **LIMITADOS**, de sorte que cabe ao candidato apurar quanto à concisão do texto escrito, uma vez que não serão consideradas quaisquer anotações fora do espaço apropriado.

6. Use **SOMENTE** caneta esferográfica **PRETA** ou **AZUL** nas Folhas de Respostas e no Caderno de Respostas.

7. O candidato só poderá sair com a prova após 90 (noventa) minutos de iniciado o exame.

8. O exame terá duração de 04 (quatro) horas. Aconselhamos não se deter nas questões difíceis, deixando-as para o final.

**BOA SORTE!**

Rio de Janeiro, 29 de março de 2015.

## TEORIA GERAL DO PROCESSO

**Questão 01** - Assinale a alternativa incorreta:

- a) Informam o direito processual, entre outros e por imposição constitucional, os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- b) A jurisdição é repartida entre os vários órgãos jurisdicionais mediante inúmeros critérios.
- c) Somente o juiz competente exerce jurisdição.
- d) Lide e pretensão são conceitos diversos.
- e) Autor e réu são sujeitos da relação jurídica processual.

**Questão 02** - Assinale a alternativa correta:

- a) Os sujeitos da relação jurídica processual também são chamados de partes interessadas.
- b) A autocomposição como meio de pacificação de conflitos decorre da inércia da jurisdição.
- c) Cabe exclusivamente às partes impulsionar o processo, visto que o juiz é inerte (princípio da inércia da jurisdição).
- d) Todo juiz é competente para, antes de adentrar o mérito, avaliar a sua própria competência.
- e) A jurisdição se mede pelo tamanho da competência.

**Questão 03** - Sobre o Ministério Público, é correto dizer:

- a) É nulo o processo de que o Ministério Público não participa, tendo em vista que se trata de órgão essencial à função jurisdicional do Estado, tal como dispõe o art. 127 da Constituição da República.
- b) O Ministério Público é uma das funções essenciais à Justiça, mas há outras.
- c) O Ministério Público não se submete às normas processuais, que somente se aplicam às partes.
- d) O Ministério Público, em razão de sua natureza especialíssima, não é sujeito processual.

e) O Ministério Público deve sempre atuar em casos envolvendo interesses individuais disponíveis.

**Questão 04 - Assinale a alternativa incorreta:**

a) O direito de ação está previsto na Constituição da República.

b) Na seara criminal, o direito de ação é exercido exclusivamente pelo Ministério Público, como representante da sociedade e legitimado a buscar a punição pela prática de ilícitos penais.

c) O direito de ação foi entendido de modo diverso ao longo da história, qualificando-se desde um direito dependente do direito material até um direito abstrato.

d) O direito de ação deve ser exercido na forma prevista em lei, a qual, por sua vez, deve observar as diretrizes constitucionais.

e) A autocomposição não anula o direito de ação.

**Questão 05 - Assinale a alternativa correta:**

a) A preclusão é instituto processual que visa garantir a marcha do processo para a frente.

b) Tradicionalmente, as preclusões são classificadas em lógicas, excessivas e temporais.

c) A preclusão é instituto que nada tem a ver com os direitos e ônus processuais.

d) Preclusão lógica é aquela decorrente da prática de atos processuais compatíveis entre si.

e) Diz-se que a coisa julgada não possui efeitos preclusivos.

**Questão 06 - Assinale a alternativa incorreta:**

a) Competência é a medida da jurisdição atribuída a cada juiz.

b) O direito processual se justifica, entre outras coisas, pela insuficiência da autocomposição como meio de pacificação de conflitos.

c) O caráter indisponível da tutela penal impede a transação no processo criminal.

d) A jurisdição brasileira se exerce, em regra, no território da República Federativa do Brasil.

e) Há vedação constitucional ao juízo de exceção.

**Questão 07** - Sobre nulidades é correto dizer:

- a) O processo que não atende ao princípio da duração razoável é inexistente, tendo em vista a estatura constitucional do referido princípio.
- b) Uma das classificações doutrinárias dos atos processuais, do ponto de vista do sujeito que os pratica, é a que os divide em atos inexistentes, nulos ou anuláveis.
- c) Quando falamos em nulidades processuais, estamos examinando os atos processuais sob a óptica de seus defeitos, isto é de sua não conformidade aos mandamentos constitucionais e legais.
- d) Não interessa ao estudo das nulidades estabelecer quais os efeitos que os atos processuais defeituosos podem gerar.
- e) Os atos processuais instrutórios não podem ser nulos, eis que determinados pelo juiz.

**Questão 08** - Assinale a alternativa correta:

- a) Os sujeitos da relação jurídica processual são as partes legítimas.
- b) O Ministério Público não tem pretensões no processo, já que defende os direitos da sociedade.
- c) A Constituição da República enumera diversos princípios que informam o direito processual brasileiro e que servem de diretrizes ao legislador na elaboração da lei processual.
- d) Assistentes não são partes no processo.
- e) Processo é o procedimento desprovido de relação jurídica.

**Questão 09** - Assinale a alternativa correta:

- a) A natureza da pretensão pode ser critério de fixação da competência jurisdicional.
- b) Processo é meio de multiplicação de conflitos.
- c) A transação depende de decisão judicial sobre o mérito da controvérsia.
- d) O procedimento para o desenvolvimento do processo é único e está previsto em lei.
- e) O ato que encerra o processo é a sentença de mérito.

**Questão 10 - Assinale a alternativa incorreta:**

- a) A ação penal é exercida privativamente pelo Ministério Público.
- b) O Ministério Público pode requerer a produção de provas no processo.
- c) Ao Ministério Público compete intervir nas causas em que há interesses de incapazes.
- d) O processo é apenas uma das formas de composição de litígios.
- e) O princípio da instrumentalidade das formas está relacionado à teoria das nulidades.

**DIREITO CIVIL**

**Questão 11 - O encargo, nos negócios jurídicos:**

- a) Suspende só o exercício do direito, enquanto permanecer pendente como condição resolutiva.
- b) Sempre suspenderá a aquisição e o exercício do direito.
- c) Não invalida o negócio, mesmo sendo ilícito ou impossível, quando constituir o motivo determinante da liberalidade.
- d) Não suspende a aquisição nem o exercício do direito, salvo quando expressamente imposto ao negócio jurídico, pelo disponente, como condição suspensiva.
- e) Suspende somente o exercício do direito quando expressamente imposto pelo disponente, seja como condição resolutiva, seja como condição suspensiva.

**Questão 12 - Sobre as pessoas naturais e negócio jurídico, assinale a alternativa CORRETA.**

- a) Nas declarações de vontade, será atendida mais a intenção nelas consubstanciada que o sentido literal da linguagem.
- b) O falso motivo detectado na declaração de vontade sempre anulará o negócio.
- c) O silêncio não tem consequência concreta a favor das partes na concretização dos negócios jurídicos.
- d) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa- fé e os usos do lugar de sua execução.
- e) Considera-se termo a cláusula que subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.

**Questão 13** - A respeito dos negócios jurídicos, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O silêncio não tem consequência concreta a favor das partes nos negócios jurídicos.
- b) É de 180 (cento e oitenta) dias a contar da conclusão do negócio o prazo para se pleitear a anulação de negócio jurídico concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado.
- c) Uma vez demonstrada a simulação do negócio jurídico, seja ela absoluta ou relativa, será ele anulado na sua inteireza.
- d) A impossibilidade inicial do objeto sempre invalida os negócios jurídicos.
- e) A manifestação de vontade não subsiste, em caso de reserva mental, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.

**Questão 14** - De acordo com o Código Civil, são nulos os negócios jurídicos:

- a) Os viciados por lesão e fraude contra credores.
- b) Aqueles cuja declaração de vontade tenha emanado de erro substancial.
- c) Os praticados pelos incapazes previstos no artigo 4º do CC, sem a respectiva assistência de seu representante legal.
- d) Aqueles que obrigam uma das partes a realizar prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- e) Os praticados com preterição de alguma formalidade que a lei considere essencial para a sua validade.

**Questão 15** - Observe as proposições abaixo e responda:

- I. O abuso do direito não é reconhecido no Código Civil, de forma expressa, como ato ilícito.
- II. A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.
- III. O ato absolutamente necessário que lesiona pessoa ou coisa não constitui ato ilícito.
- IV. Só se admite a renúncia à prescrição se for feita de forma expressa.
- V. A prescrição não corre pendendo condição suspensiva.

Estão corretas as alternativas:

- a) I, II e IV.
- b) II, IV e V.
- c) I, III e IV
- d) II, III e V

e) I, III e V

**Questão 16** - Sobre a prescrição e a decadência, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A interrupção da prescrição por um credor não aproveita aos outros, salvo se solidários.
- b) A decadência legal e convencional podem ser conhecidas, de ofício, pelo juiz.
- c) O despacho do juiz incompetente que ordena a citação não se presta a interromper a prescrição.
- d) A decadência prevista expressamente em lei admite renúncia.
- e) A interrupção da prescrição feita contra o devedor principal não prejudica o fiador.

**Questão 17** - Sobre a responsabilidade civil, é CORRETO afirmar:

- a) A obrigação de reparar o dano, em sede de responsabilidade civil, sempre dependerá de comprovação de culpa *stricto sensu* do agente causador.
- b) A obrigação de efetuar a reparação de dano causado por mais de um autor pode ser integralmente exigida do mais abastado.
- c) A sentença penal isenta da responsabilidade civil o causador do dano, se reconhecida a inimizabilidade do agente.
- d) A obrigação de reparação de dano causado por alguém já falecido, em regra, não se transmite com a abertura da sucessão por morte.
- e) A responsabilidade civil do detentor de animal doméstico pelo dano por este causado a terceiro decorre da culpa *in vigilando*.

**Questão 18** - Com relação à cessão de crédito, É CORRETO afirmar que:

- a) O cedente, em geral, responde pela existência do crédito cedido.
- b) A responsabilidade do cedente, nas hipóteses de insolvência do devedor cedido, abrange o valor recebido do cessionário, os juros, assim como o dever de indenizar danos patrimoniais ou não.
- c) O cessionário, antes do conhecimento de cessão pelo devedor cedido, não pode exercer os atos conservatórios de seus direitos.
- d) O cedente, em princípio, responde pela solvência do devedor cedido.
- e) O crédito penhorado pode ser transferido pelo cedente conhecedor da construção.

**Questão 19** - Dentre as alternativas abaixo, aponte a única que não pode ser enquadrada como típico direito da personalidade:

- a) direito à propriedade privada de imóvel, para nele residir.
- b) direito de uso da própria imagem.
- c) direito de estar só ou à intimidade.
- d) direito de ceder a exploração comercial de obra literária.
- e) direito do autor da obra de arte de impedir sua indevida utilização.

**Questão 20** - Não se enquadram como pessoas jurídicas de direito privado, mesmo que constituídas de forma regular, segundo a lei brasileira, as seguintes entidades:

- a) Autarquias municipais e sociedades de economia mista do Município.
- b) Condomínios edilícios e massas falidas.
- c) Sociedades, simples ou empresárias, e firmas individuais sem inscrição no CNPJ ou no SIMPLES.
- d) Partidos políticos e fundações criadas por testamento.
- e) Sociedades filantrópicas e de caridade sem inscrição no CNPJ.

## **DIREITO PENAL**

**Questão 21** - Sobre O Instituto Da Legítima Defesa É Correto Dizer Que:

- a) O Conceito De Agressão Injusta Previsto No Tipo Permissivo Alcança Atos Culposos, Segundo Orientação Majoritária;
- b) Pode Ser Reconhecida Mesmo Diante De Atos Reflexos Uma Vez Que Estes Se Encontram Agasalhados Pela Ideia De Agressão Injusta;
- c) Não Admite A Configuração De Excesso, Isto É, Todo Ato De Defesa, Ainda Que Imoderado, Estará Coberto Pela Excludente Da Ilícitude;
- d) Tem Natureza Jurídica De Uma Causa De Exclusão Da Tipicidade, Tendo Em Vista A Adoção No Brasil Da Teoria Dos Elementos Negativos Do Tipo;
- e) Não É Admitido No Brasil Por Falta De Previsão Expressa No Código Penal.

**Questão 22** - Antônio pessoa simples e de parca educação sempre trabalhou como autônomo sem, contudo, recolher qualquer contribuição para o inss. Embora soubesse não ter direito à aposentadoria, Antônio procura o advogado Bertoldo Espertalhão a fim de saber se teria direito a algum outro benefício por parte do governo federal, afinal, “*tantas pessoas recebem bolsas*”, pensava. Surpreendentemente Bertoldo explica a Antônio que o governo está concedendo aposentadoria até mesmo para quem nunca contribuiu, o que era falso, arrematando que cobraria os três primeiros benefícios para viabilizar a prestação previdenciária. Assim, usando de documentos falsos, fato ignorado por Antônio, Bertoldo logra enganar o servidor do inss que realiza a concessão da aposentadoria que acabou concedida.

Diante de tal fato, é correto dizer que o segurado não deve responder pelo estelionato pois:

- a) teve intenção de cometer o crime;
- b) ausente o elemento cognitivo do dolo;
- c) acobertado pelo estado de necessidade;
- d) acobertado por uma situação de inexigibilidade de conduta diversa;
- e) a situação descrita configura um erro de proibição.

**Questão 23** - Sobre a *abolitio criminis* pode-se dizer que:

- a) é o mesmo que *lex tertia*;
- b) é um sinônimo de *novatio legis incriminadora*;
- c) não tem relação com o princípio da legalidade;
- d) é um sinônimo de *novatio legis in melius*;
- e) diz respeito a uma das causas de exclusão da culpabilidade.

**Questão 24** - a atira para matar b e acaba matando c que estava ao lado da vítima visada. Num caso como esse, seguindo o código a teoria da causalidade, é de se reconhecer que a responderá pela morte de b porque a hipótese é de:

- a) dolo geral;
- b) concurso formal;
- c) *aberratio ictus*;
- d) *aberratio delicti*;
- e) concurso material.

**Questão 25** - assinale a alternativa onde se encontra descrita uma situação de erro de tipo:

- a) paulo, após capturar pedro que se estava furtando (art. 155 cp) o kit multimídia de seu veículo, aplica neste uma surra com vara de marmelo por acreditar que a legítima defesa lhe autoriza tal procedimento;
- b) aron, holandês, traz consigo dois cigarros de maconha para fumar (art. 28 da lei n. 11.343/2006), pois acredita ser permitido no brasil a posse de drogas para uso pessoal;
- c) douglas recebe um cigarro de maconha de seu amigo aron, holandês, para fumar (art. 28 da lei n. 11.343/2006) acreditando que sendo o cigarro “holandês” poderia fumá-lo;
- d) astolfo, após imobilizar o menino que entrara no quintal de sua casa para pegar uma pipa (art. 150 cp), toma uma vara de marmelo e lhe aplica uma surra para que tal fato não se repita;
- e) petrúcio transporta, acreditando piamente se tratar de chá, uma pequena porção de droga (maconha) (art. 28 da lei n. 11.343/2006).

**Questão 26** - A afirmação de que “o resultado só pode ser imputado se decorrer da criação de um risco proibido por parte do agente” é compatível com a teoria:

- a) da *conditio sine qua non*;
- b) da causalidade adequada;
- c) da relevância jurídica;
- d) da imputação objetiva;
- e) graduabilidade da culpabilidade.

**Questão 27** - Assinale dentre as alternativas abaixo aquela que corresponde a uma causa supralegal de exclusão da ilicitude:

- a) consentimento do ofendido;
- b) legítima defesa;
- c) estado de necessidade;
- d) exercício regular de direito;
- e) estrito cumprimento do dever legal.

**Questão 28** - Rinaldo é salva-vidas da piscina do clube dos caboclinhos. Certo dia, embora a piscina estivesse cheia de crianças, Rinaldo resolve ir embora uma vez que seu horário já terminara sem a chegada de Ronaldo, o salva-vidas do horário seguinte. Entre a saída de Rinaldo e a chegada de Ronaldo uma criança se afoga. Num caso como esse, dentro da análise dos requisitos do crime omissivo impróprio, é correto dizer que:

- a) Ronaldo é quem deve responder pela morte da criança, pois não chegou no horário adequado;
- b) Rinaldo é quem deve responder pela morte da criança, pois a posição de garantidor não fica limitada pelo horário do contrato de trabalho;
- c) Rinaldo não pode responder, pois ainda que seja garantidor tal posição não se prolonga para além do horário de trabalho;
- d) Rinaldo não pode responder porque não estava presente no momento da morte da criança, mesmo que tenha abandonado o posto de trabalho quando ela já se encontrava na piscina;
- e) salva-vidas não é, ordinariamente, garantidor da não ocorrência de resultados na piscina onde trabalhe.

**Questão 29** - O sujeito que tenta matar seu inimigo colocando açúcar na bebida do desafeto, embora acreditasse tratar-se de veneno (raticida), não tendo sucesso na empreitada tem sua conduta definida tecnicamente como:

- a) crime impossível;
- b) delito mutilado de dois atos;
- c) tentativa;
- d) crime consumado;
- e) delito de alucinação.

**Questão 30** - Sobre a anterioridade da lei penal não é correto dizer:

- a) trata-se de postulado que impede a responsabilização por fatos pretéritos;
- b) trata-se de um corolário do princípio da legalidade;
- c) relaciona-se com a irretroatividade da lei penal gravosa;
- d) não é aplicável no Brasil;
- e) é um sinônimo de retroatividade gravosa da lei penal.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

**Questão 31** - Sobre aplicação e interpretação das normas constitucionais é *incorreto* dizer:

- a) princípios específicos de interpretação constitucional complementam métodos tradicionais de interpretação jurídica
- b) mesmo no caso de normas constitucionais de eficácia reduzida, há a produção de alguns efeitos
- c) a clareza da norma constitucional determina a preferência pela interpretação literal
- d) o método da ponderação destaca-se como um importante mecanismo de solução da concorrência entre princípios constitucionais

**Questão 32** - *Não* é característica do sistema federativo

- a) capacidade de auto-organização das entidades federativas
- b) o exercício das competências típicas de soberania pela entidade federal
- c) a participação das vontades locais na formação da vontade nacional
- d) o sistema bicameral nos diversos níveis federativos

**Questão 33** - Assinale a opção que *não* corresponde à divisão de competências federativas no modelo brasileiro:

- a) possibilidade do exercício da chamada competência plena pelos Estados no caso de inércia da União em matérias de competência concorrente
- b) exercício de competências materiais típicas de soberania pela União Federal
- c) competência concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal para legislar sobre reforma agrária
- d) existência de competências residuais para os Estados

**Questão 34** - Sobre o sistema de jurisdição constitucional brasileiro é *incorreto* dizer:

- a) os pronunciamentos pelo Supremo Tribunal Federal são em regra declaratórios e apenas excepcionalmente têm efeitos prospectivos desconstitutivos (*ex nunc*)
- b) admite-se a concessão de medida liminar suspendendo a aplicação da norma impugnada mesmo antes de sua submissão ao plenário do STF para julgamento
- c) admite-se o fenômeno da mutação constitucional
- d) é de maioria absoluta do plenário do STF o *quorum* necessário para a restrição dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade

**Questão 35** - sobre os direitos fundamentais é *incorreto* dizer:

- a) têm sempre natureza individual e por isso podem ser invocados em qualquer juízo ou grau de jurisdição
- b) a característica da indisponibilidade justifica medidas restritivas por parte do Estado até mesmo contra a vontade do indivíduo
- c) a característica da historicidade orienta uma interpretação evolutiva
- d) podem ser restringidos pela lei, ainda quando a norma constitucional silencie sobre essa possibilidade

**Questão 36** - Sobre o sistema de distribuição competências federativas tributárias no Brasil é *correto* dizer:

- a) o sistema de repartição de competências tributárias segue o critério geral de repartição de competências federativas
- b) remanesce para os Estados a competência residual
- c) a distribuição de competências segue o âmbito territorial de interesse do tributo
- d) as competências administrativas relativas à cobrança dos tributos acompanham as competências legislativas para sua instituição

**Questão 37** - Sobre o regime jurídico do Ministério Público no Brasil é *incorreto* dizer

- a) os Membros do Ministério Público gozam de garantias análogas às dos magistrados
- b) compete ao Ministério Público a atuação privativa na seara penal e o exercício subsidiário de atribuições coletivas de natureza cível
- c) a organização do Ministério Público no Distrito Federal é competência da União
- d) os Membros do Ministério Público Federal atuam nas causas atribuídas pela constituição e pelas leis à competência da Justiça Federal comum

**Questão 38** - Sobre o Princípio da Separação de Poderes é *correto* dizer:

- a) além da função tipicamente legislativa, os parlamentos têm a função atípica de fiscalizar os atos do Executivo
- b) O sistema brasileiro atribui restritas atribuições de controle do Executivo aos órgãos legislativos
- c) o modelo regulatório das Agências Reguladoras constitui uma novidade que desafia uma versão clássica do princípio, na medida em que atribui amplo poder normativo a esses órgãos
- d) a competência do Senado para Julgar o Presidente da República por crimes de responsabilidade constitui o exercício de uma função típica do Poder Legislativo, uma vez que não se trata efetivamente ilícitos penais

**Questão 39** - Sobre a garantia do devido processo legal é *incorreto* dizer

- a) trata-se de garantia transcendente que extravasa o âmbito jurisdicional
- b) incide também sobre os processos administrativos
- c) se não respeitado na fase do inquérito, acarreta a nulidade nos atos processuais nele baseados
- d) constitui o fundamento da ampla defesa no processo penal

**Questão 40** -sobre os direitos fundamentais e seu regime jurídico é *incorreto* dizer que:

- a) o conceito de núcleo essencial orienta a interpretação de um conteúdo mínimo que não pode ser suprimido pelo legislador
- b) a ideia de limites imanentes estabelece uma compreensão máxima dos direitos que impede uma interpretação fundamentalista que vai além da ordem constitucional como um todo
- c) há garantias fundamentais processuais e procedimentais
- d) o princípio da reserva do possível surge como argumento tradicionalmente invocado pelos Poderes Públicos demandados pela efetivação de direitos individuais

## **QUESTÕES PROVA SUBJETIVA**

### **TEORIA GERAL DO PROCESSO**

- 1) Discorra sobre os atos processuais (postulatórios, instrutórios e decisórios), conceituando-os e exemplificando-os.
- 2) Discorra sobre a evolução histórica do direito de ação do ponto de vista de sua relação com o direito material.

### **DIREITO CIVIL**

Para uma breve dissertação (vinte linhas):

Discorra sobre os elementos constitutivos essenciais à formação do negócio jurídico.

### **DIREITO PENAL**

Disserte em 20 linhas sobre o tipo penal e a tipicidade abordando necessariamente: a) seus conceitos. B) a relação com o princípio da legalidade. C) a relação da tipicidade com os princípios da adequação social e da insignificância.

Obs.: Procure ser objetivo na abordagem dos temas propostos.

### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

- 1) Dissertar sobre o Remédio Constitucional do Mandado de Segurança, abordando sua natureza jurídica, sujeitos envolvidos no seu manejo, atos a que se presta a impugnar e pressupostos de impetração. (15 pontos)
- 2) Dissertar livremente sobre interpretação constitucional. (10 pontos)